



Ativismo, feminismo e filosofia da ciência Entrevista com Helen Longino

Por *Débora AYMORÉ, Kelly KOIDE & Mariana TOLEDO FERREIRA*

Helen Longino é professora de filosofia na Universidade de Stanford desde 2005. Obteve o seu bacharelado em literatura inglesa pelo Barnard College (1966), mestrado em filosofia pela Universidade de Sussex (1967) e doutorado em filosofia pela Universidade Johns Hopkins (1973). Longino é conhecida, em especial, por seus escritos em filosofia da ciência, epistemologia social e filosofia feminista. Foi eleita presidenta da Philosophy of Science Association (2013-2014) e é autora dos livros *Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry* (1990), *The fate of knowledge* (2001) e *Studying human behavior: how scientists investigate aggression and sexuality* (2013). Os dois últimos foram agraciados, respectivamente, com os prêmios Robert K. Merton Professional Award, em 2002, e Best Book in Feminist Philosophy Prize for 2014.

Esta entrevista foi realizada após suas duas conferências no Instituto de Estudos Avançados da USP, organizadas pelo Grupo de Pesquisa em Filosofia, História e Sociologia da Ciência e da Tecnologia, em 22 e 23 de outubro de 2015. Ela é composta de quatro temas principais, sendo o primeiro sua trajetória intelectual; o segundo a relação entre filosofia da ciência e feminismo; o terceiro o papel dos valores na ciência; e o quarto sobre discussões acerca da objetividade do conhecimento científico e de sua noção de objetividade contextualizada.

Para começar a nossa entrevista, gostaríamos que você nos contasse sobre a sua trajetória intelectual e sobre os seus estudos de graduação e pós-graduação.

Durante a graduação, estudei, na verdade, literatura comparada, apesar de ter feito alguns cursos de filosofia. No final da minha graduação, percebi que estava muito interessada nas questões filosóficas sobre a linguagem, então decidi estudar filosofia na University of Sussex, na Grã Bretanha. Lá, fiz um mestrado em Lógica e Epistemologia, e depois fui para a Johns Hopkins University, em Baltimore (Maryland, EUA). Escolhi essa universidade porque havia lido um artigo escrito por dois professores do Departamento de Filosofia de lá, o qual eu considerava ser uma ótima intervenção sobre algumas das questões nas quais eu estava interessada. Assim, fui para Johns Hopkins e descobri, quando cheguei, o que eu não sabia até então: um dos professores era filósofo da ciência e o outro era filósofo da matemática, de modo que, se eu quisesse trabalhar com eles, era o que eu precisava fazer, o que foi muito bom. Eu também poderia ter feito outras coisas em Hopkins, mas a maneira através da qual eles conduziam suas pesquisas era muito compatível com os tipos de questões em que eu estava interessada. Também estudei um pouco de história da ciência, enquanto estava em Hopkins, e foi tudo isso

o que me levou para a filosofia da ciência. De maneira simplificada, foi basicamente esse o contexto.

Como começou o seu envolvimento com o feminismo e a filosofia da ciência, e quando você começou a aproximá-los?

Foi um processo lento. Tudo começou na primeira universidade onde estava dando aulas depois de meus estudos de pós-graduação. Havia uma organização feminista estudantil, chamada Frente de Libertação das Mulheres (*Women's Liberation Front*), da qual eu me tornara a primeira participante entre os professores da universidade. Essa organização havia conseguido permissão da universidade para financiar um curso sobre feminismo organizado por estudantes – que não tinha exatamente esse nome, era algo como “*women studies*” – e elas pediram que eu ministrasse uma palestra sobre ciência e feminismo. Foi assim que começou o meu envolvimento com essas questões: aconteceu enquanto eu tentava preparar uma aula para esse curso, e não havia muita coisa disponível naquela época. Isso foi há muito tempo, nos anos 1970.

Mas havia trabalhos que estavam sendo feitos naquela época, especialmente sobre feminismo e psicologia. Além disso, havia pessoas como Ruth Hubbard e Ruth Bleier, na biologia, que estavam começando a fazer um trabalho crítico sobre as ciências. Bem, esse foi o começo, mas não dei continuidade a essas reflexões por um tempo; outras coisas aconteceram na minha vida. Voltei para as questões feministas relacionadas à filosofia da ciência alguns anos depois. Nesse meio tempo, eu havia feito considerações sobre a objetividade e as concepções sociais do conhecimento, que eu estava tentando desenvolver, e percebi que elas poderiam ser realmente úteis para pensar sobre algumas das críticas feministas da ciência que estavam,

naquela época, tornando-se mais frequentes e visíveis. Em parceria com a bióloga Ruth Doell, consegui uma bolsa da *National Science Foundation*. Eles tinham um programa para incentivar o trabalho interdisciplinar, então passei um ano no departamento dela, realmente aprendendo sobre biologia, e foi assim que de fato começou o meu trabalho sobre valores e ciência, feminismo e ciência, e sobre como pensar sobre o gênero. Isso foi no início dos anos 1980.

Ainda sobre sua trajetória, gostaríamos de saber se, para além de estudos sobre o gênero, você tem ou teve algum envolvimento com o ativismo feminista.

Sim. Antes do meu primeiro emprego, eu achava que o feminismo era algo muito legal, mas eu não precisava dele, eu estava muito bem. Quando consegui o meu primeiro emprego, eu era a primeira mulher dando aulas em tempo integral no Departamento de Filosofia da Universidade da Califórnia, em San Diego. Os alunos homens tinham certas atitudes em relação a mim, tanto os estudantes de graduação quanto os de pós-graduação, e também acabei tendo alguns encontros estranhos com administradores. Isso foi antes de conceitos como “assédio sexual” existirem. Basicamente, as experiências que tive no meu primeiro cargo me levaram ao feminismo e ao grupo presente no campus chamado *Women's Liberation Front*, que já mencionei. Fizemos vários tipos de coisas juntas, como algumas discussões sobre aborto e direitos reprodutivos, e também estávamos muito engajadas em mobilizar o campus em protestos contra a guerra (os Estados Unidos estavam profundamente envolvidos na guerra no sudeste asiático, naquele período). Mais tarde, quando me mudei para o norte, estava envolvida com os movimentos feministas antinucleares e os movimentos contra



Helen Longino em sua apresentação sobre o empirismo crítico construtivo e o caráter social do conhecimento, com especial ênfase na objetividade, no Instituto de Estudos Avançados – USP em 22 out. 2015.

Foto: Leonor Calasans. Fonte: <<http://www.ica.usp.br/midioteca/foto/eventos-2015>>.

a guerra. Meu engajamento continuou, mas no início da minha carreira a minha vida pessoal estava bastante tumultuada. Por fim, saí desse tumulto e me reconectei com a filosofia através da escrita de um artigo sobre pornografia, que basicamente fazia uma distinção entre pornografia e erotismo, e discutia as maneiras através das quais a pornografia (e não o erotismo) era nociva às mulheres. Isso me trouxe de volta – de alguma maneira, trazendo tudo aquilo para fora do meu sistema – à filosofia da ciência. Continuei engajada em vários tipos de ativismo feminista, particularmente dentro da academia, então a minha carreira envolveu uma boa dose de ativismo. Colaborei com a construção de programas de estudos feministas em diferentes universidades e, na profissão filosófica, trabalhei com o Comitê sobre o Estatuto das Mulheres na Profissão (*Committee on the Status of Women in the Profession*), tentando tornar visíveis as

maneiras através das quais as mulheres são marginalizadas, não conseguem progredir nas carreiras, e assim por diante.

Você poderia mencionar algumas das pessoas que mais influenciaram as suas ideias, e também quem são, atualmente, os seus principais interlocutores?

Olhei para essa questão um pouco mais cedo e pensei: “quem eu mencionaria aqui?” Eu devo mencionar os quatro filósofos cujo trabalho eu mais gostei e que, de alguma maneira, mais me influenciaram. São eles: Aristóteles, Hume, Kant e Wittgenstein. Vocês não podem vê-los em meus trabalhos, mas eles definitivamente estão presentes. Evidentemente, eu também tirei muito proveito da leitura de Feyerabend e Kuhn, e acho também que Bas van Fraassen e Arthur Fine foram importantes para mim. Tenho, além disso, uma grande dívida com Nancy Cartwright,

tanto intelectualmente quanto profissionalmente, e continuo aprendendo com ela. Entre os meus principais interlocutores atuais, certamente diria que Ken Waters é um deles – editamos um livro juntos e nos falamos frequentemente, nós dois somos pluralistas e, embora ele não trabalhe com o feminismo, é sem dúvida um aliado. Philip Kitcher e eu tivemos diversas trocas ao longo dos anos. Inicialmente tivemos várias divergências, mas nossas preocupações eram similares e nos ajudaram a ver o valor da posição um do outro. Mais recentemente, com Rasmus Winther, que também é um filósofo da biologia, mantive um diálogo frutífero. Com Evelyn Fox Keller, tenho concordâncias e discordâncias, mas estamos sempre em contato; ela tem sido uma inspiração muito importante para mim, além de uma grande amiga. Elizabeth Lloyd, Alison Wylie, Sally Haslanger, Elizabeth Anderson e Hugh Lacey, é claro, também são muito importantes. Há uma lista mais longa do que essa, mas esses são alguns dos nomes que me ocorrem.

Passando para o próximo assunto, gostaríamos de saber como as ideias feministas podem contribuir para um entendimento filosófico da ciência. Para além de suas críticas, você também descreve valores ou virtudes feministas, como a adequação empírica, a novidade, a heterogeneidade ontológica, a descentralização do poder e a aplicabilidade às necessidades humanas. Em que medida os valores ou virtudes feministas podem contribuir para a manifestação da objetividade na ciência?

Acredito que algumas dessas questões serão talvez mais bem desenvolvidas daqui a pouco, mas posso dizer que, como a minha visão sobre a objetividade requer a existência de um discurso crítico no interior da comunidade científica, ela já é, por si, um conceito social. E é um conceito que reconhece o caráter par-

cial e perspectivista de nossos compromissos intelectuais. Seja na observação ou no raciocínio, qualquer perspectiva dada será limitada, de modo que a introdução de uma perspectiva feminista sempre irá – onde ela estiver faltando – aprimorar a objetividade de uma pesquisa. Essa é, então, uma resposta curta, acho, para a questão. Porque pensar sobre essas virtudes é uma maneira de engajar-se na crítica de questões metodológicas, bem como nas questões sobre o conteúdo, nas ciências.

Você acredita que possa haver uma hierarquia entre os valores e as virtudes feministas?

Na verdade, estava curiosa para saber por que vocês acharam que poderia haver.

Provavelmente, dependendo da disciplina, talvez a adequação empírica seja mais importante do que, por exemplo, a novidade, então ficamos pensando se em certos tipos de pesquisa há uma hierarquia ou se precisamos, digamos, de uma maior manifestação de uma virtude às custas de outras. Porque pode haver casos em que não é possível manifestar todas as virtudes no mesmo grau. É essa a ideia geral.

Sim. Penso que isso é absolutamente verdadeiro, e isso é, evidentemente, o que Bas van Fraassen disse sobre as virtudes tradicionais: não é possível satisfazê-las todas ao máximo, sempre haverá perdas e ganhos (*tradeoffs*). Penso que o mesmo é verdadeiro para os valores ou virtudes feministas: sempre haverá uma busca por equilíbrio em situações particulares da pesquisa, o que significa que a maneira como eles serão priorizados e pesados, um em função do outro, dependerá, em grande medida, dos objetivos cognitivos específicos que estão guiando determinada investigação. No entanto, eu não diria que há uma espécie de hierarquia absoluta, in-

dependente do contexto onde os valores ou as virtudes, – já que esse é o termo que eu uso – serão representadas. Tendo a usar esses dois termos de maneira intercambiável, mas acredito que há uma diferença. “Valor” remeteria à pessoa ou ao grupo que escolhe uma característica como algo bom, enquanto com o termo “virtude” tendemos a nos referir a uma característica da coisa que pensamos ser boa.

Apenas para esclarecer mais um pouco, a aplicabilidade para necessidades humanas, por exemplo, seria central nessa abordagem? Pois, às vezes, você parece se referir a essa aplicabilidade como uma questão importante em diferentes tipos de pesquisa.

Bem, talvez nem sempre ela seja uma questão relevante, embora eu não queira ser a pessoa que faz essas avaliações. Em primeiro lugar, não é o meu papel fazer esses julgamentos, ainda que eu possa certamente participar de discussões sobre eles; portanto, eu não estabelecerei uma hierarquia. Para algumas feministas, sim, a aplicabilidade a necessidades humanas tem sido uma prioridade. É possível interpretar isso de diferentes maneiras. Poder-se-ia dizer: “bem, enquanto feminista, irei priorizar, nas minhas pesquisas, trabalhos que acredito que serão aplicáveis às necessidades humanas”, e tudo bem. Outra interpretação é: “não vou, enquanto uma participante da comunidade científica – a comunidade científica ampla –, enquanto responsável por decisões acerca de financiamentos, apoiar nada que não tenha a satisfação de necessidades humanas entre as suas maiores prioridades”. Sabe, não estou certa disso. Primeiramente, concordo com muitos defensores da chamada “ciência básica”, na medida em que nem sempre sabemos como certo conhecimento será útil no futuro, então acho perigoso focar apenas na aplicabili-

dade. Acredito que diferentes considerações se aplicam em ambos os casos. Além disso, pode haver debates sobre o que constitui uma necessidade humana ou quais necessidades humanas são mais importantes de serem satisfeitas.

Queremos falar agora sobre a pesquisa científica e a objetividade, relacionadas aos aspectos sociais da ciência. De acordo com os seus trabalhos, as teorias não são aceitas de maneira independente de seu contexto de produção, isto é, as teorias são constituídas por interações sociais e não são apenas uma mera consequência destas. Você poderia falar sobre a sua noção de objetividade contextualizada e como ela difere de concepções associadas ao relativismo?

Gostaria apenas de fazer uma observação ao que foi dito ali no meio, que “as teorias são constituídas por interações sociais”. Não estou certa de que eu colocaria as coisas dessa maneira. Acredito, de fato, que aquilo que uma comunidade acaba obtendo como consenso sobre uma abordagem teórica adquire esse estatuto através de interações sociais. Portanto, tal abordagem adquire parte de seu conteúdo porque, ao longo do processo de crítica, o conteúdo é modificado, de modo que aquilo que é aceito na comunidade é modificado através de interações sociais até que haja algo sobre o qual exista consenso. Então essa é apenas a maneira como eu modificaria essa afirmação. Talvez seja melhor dizer que as teorias se desenvolvem através de interações sociais.

No que concerne à objetividade, estou interessada nessa frase sobre a objetividade contextualizada, e sobre o que ela significa. Vou dizer apenas uma coisa sobre ela, esperando que isso responda às ideias presentes nessa questão realmente densa. Há muitas coisas aqui. Então, para começar, a minha noção de objetividade é uma noção que faz

uma distinção, por um lado, entre objetividade como propriedade de um conteúdo e, por outro, objetividade como propriedade dos métodos, de modo que temos uma noção metodológica e outra substantiva de objetividade. Em nosso discurso comum, a noção substantiva de objetividade, ou objetividade como propriedade do conteúdo, trata da relação existente entre uma representação e aquilo que ela representa, mas não é sobre isso que estou falando agora. Quando me refiro a conteúdo e conformação, sim. Mas quando estou falando sobre objetividade, estou me referindo à objetividade metodológica como algo que contrastamos com a arbitrariedade ou a subjetividade; e a preocupação com a objetividade, nesse caso, consiste em evitar a aceitação de representações e de conteúdos que sejam indevidamente influenciados por fatores subjetivos ou arbitrários. Assim, considerando aquilo que eu descrevo como a relação entre os dados e uma hipótese, e a necessidade de pressupostos de fundo, tudo se torna um quebra-cabeça: como as ciências podem evitar a aceitação arbitrária de hipóteses? E trata-se de um quebra-cabeça porque, é claro, a ciência funciona, ela nos fornece representações que nos permitem fazer as coisas que queremos no mundo. Por isso, deve ter algo dando certo.

O meu argumento é que aquilo que está dando certo é a interação crítica, que é uma parte crucial da metodologia científica, mas que não recebeu atenção suficiente – se é que recebeu alguma – de alguns metodólogos tradicionais que focavam a sua atenção apenas na relação do indivíduo com o objeto da investigação. Então, dado que a objetividade é uma característica ou uma função da interação crítica que ocorre em uma comunidade – não tenho muita certeza de que a objetividade seja contextualizada a ponto de se tornar uma questão de grau de manifestação –, as comu-

nidades podem alcançar diferentes graus de objetividade na medida em que satisfaçam as normas para as interações críticas efetivas que almejam. Veja, devo deixar claro aqui que essas são apenas as normas que eu considero pertinentes. Você estava perguntando, também, sobre Merton, certo? Minha posição é diferente da de Merton, que pensava que algo parecido com normas – ele propunha normas diferentes – caracterizava a comunidade científica. Não acho que as normas caracterizem as verdadeiras interações da comunidade científica contemporânea. Mas penso que essas são normas que a comunidade científica reconhece como tais e que seus membros ao menos as aprovam. Acredito que, na medida em que são seguidas, elas promovem a redução da arbitrariedade, a redução de visões idiossincráticas, a redução do papel do poder naquilo que vai ser considerado como conhecimento em uma comunidade. O meu real compromisso não é tanto com essas normas particulares, mas com a proposta de que deve haver algumas normas que, quando seguidas, promovam uma crítica efetiva ou transformadora. Portanto, de acordo com esse ponto de vista, a objetividade é uma propriedade da comunidade e se concretiza na medida em que as normas de uma crítica efetiva e transformadora sejam seguidas por aquela comunidade. E as comunidades podem ser mais ou menos objetivas.

No que isso difere do relativismo? Bem, há algumas formas de relativismo que parecem comparáveis à minha, e não há problemas quanto a isso. Acho que cada caso de relativismo consegue um ponto de apoio, especialmente quando pensamos sobre o conhecimento ou as crenças de uma maneira individualista, pois pensamos que temos estabilidade com um tipo de categoria com a qual qualquer coisa é aceitável, que o que quer que eu pense será verdadeiro para

mim. Bem, isso é exatamente o que não queremos nas ciências, porque nas ciências estamos tentando desenvolver representações do mundo que possam, se quisermos, viajar, para usar um tipo de ideia latouriana, representações do mundo que possam ser usadas por diferentes indivíduos, em que algo que é verdadeiro apenas para mim não será de grande ajuda ou utilidade. Assim, se queremos pensar como é que as ciências desenvolvem representações do mundo que podem, de fato, viajar, e que podem ser usadas por diferentes indivíduos – ou mesmo por diferentes comunidades de pesquisa – então o relativismo não nos fornece nenhum caminho de reflexão sobre essa questão.

De acordo com uma concepção tradicional, a ciência é livre de valores e conduz à verdade. Apesar de o ideal da ciência livre de valores ter sido explicitamente criticado, por exemplo, pela apresentação de valores ou virtudes feministas, a verdade parece continuar desempenhando um papel nos resultados e nas práticas científicas. Nesse sentido, por que você faz uma distinção entre verdade e conformação?

Temos, mais uma vez, a questão da verdade. Por “conformação”, me refiro a qualquer uma das formas de sucesso semântico, isto é, à identificação ou à descrição bem-sucedida de algum fenômeno. A verdade possui muitos significados e, às vezes, por “verdade” queremos apenas dizer algo como uma exatidão geral, algo que pareça adequar-se ao material. Nesse sentido, a verdade e a conformação são noções similares. Porém, se tivermos uma postura realmente séria em relação à verdade, trata-se de uma propriedade de coisas como constatações, proposições, asserções; é uma noção linguística. E há diferentes teorias da verdade, por exemplo, teorias da verdade coerentistas e deflacionárias. Acredito que a noção de verdade que está atuando quando

pensamos sobre as ciências é algum tipo de teoria da verdade por correspondência.

Ora, o problema dessa noção de verdade é que ela pode ser aplicada apenas a um subconjunto de afirmações científicas, a saber, as afirmações sobre objetos únicos e de tamanho mediano. Acredito que foi J. L. Austin que usou o exemplo “o gato está sobre o capacho”. Nós averiguamos a verdade dessa constatação na medida em que vemos o capacho, vemos o gato e vemos que o gato está sobre o capacho. Isso nos é acessível. Quando estamos falando sobre genes, quarks e neutrinos, ou sobre processos fisiológicos que não nos são acessíveis porque não podemos entrar em um organismo sem destruí-lo, esse tipo de verdade literal não será muito útil na tentativa de pensar sobre a adequação de uma representação obtida cientificamente, então há esse primeiro problema com a noção de verdade.

Outro problema que temos com a noção de verdade é algo que Ian Hacking – ele é um outro cara fantástico – apontou sobre as estatísticas. Quando estamos fazendo uma representação estatística, não queremos um cálculo exato. Se pensarmos somente sobre a população de São Paulo, bem, qualquer cálculo que for estabelecido, caso esteja correto nesse momento, estará incorreto no momento seguinte. Portanto, as coisas que estivermos buscando serão arredondadas com base em outras mensurações, que não são representações exatamente literais, mas são suficientemente boas. Mas boas o suficiente para quais propósitos? Bem, são os objetivos que determinarão quão boas as representações têm que ser, e é por isso que proponho essa noção de “conformação”. Trata-se de uma concepção muito mais abrangente de sucesso semântico, a saber, a habilidade de uma representação de capturar, em algum sentido, o que é relevante para um contexto particular

de investigação, relevante para um conjunto particular de metas cognitivas. Pode haver maior ou menor conformação, e pode não haver conformação. Mas um dos pontos importantes sobre a conformação, evidentemente, é que é preciso especificar o grau de conformação que está sendo almejado e os aspectos particulares em que a conformação é exigida, e isso vai depender de quais são os objetivos de uma determinada investigação. É por isso que quero a conformação ao invés da verdade. A verdade continua aparecendo, mas a maneira através da qual ela aparece é mais como um tipo de aceno em direção ao sucesso semântico da representação, pois não se trata da verdade em algum tipo de entendimento filosófico estrito. Uma vez que tentamos incluir nossas ferramentas filosóficas como relevantes para a análise de conceitos sobre

a verdade, vemos que elas simplesmente não são apropriadas para muitas das representações importantes em um contexto científico. Contudo, queremos afirmar que as representações possuem algum referencial (avaliável) e uma relação descritiva com as coisas das quais elas são representações. É a isso que chamo de conformação.

Você acha que é possível separar valores cognitivos e sociais? Qual é o papel dos valores sociais na aceitação de uma teoria? O que a aceitação de uma teoria significa? Como podemos distinguir o momento da avaliação das hipóteses e a significância que estas têm na sociedade?

Penso que é possível separar analiticamente os valores cognitivos dos sociais, isto é, podemos fazer uma distinção analítica entre os valores que podem servir a um propósito



Helen Longino em sua apresentação sobre valores, heurística e política no Instituto de Estudos Avançados – USP em 23 out. 2015.

Foto: Leonor Calasans. Fonte: <<http://www.iea.usp.br/midiateca/foto/eventos-2015>>.

epistemológico, e aqueles que servem a propósitos sociais. Em *Science as social knowledge* (1990), introduzi essa distinção entre valores constitutivos e contextuais e muitas pessoas gostaram dessa distinção. Contudo, frequentemente elas perdiam um dos pontos importantes que eu havia feito: não há uma dicotomia absoluta; trata-se de uma distinção entre os papéis que os valores estão desempenhando em um contexto de investigação. Um dos elementos que eu estava justamente discutindo é que há casos em que os valores que seriam considerados contextuais devido ao seu conteúdo ou dimensão social estão, na verdade, desempenhando um papel constitutivo, na medida em que eles estão determinando o que será aceito em um contexto científico. Meu interesse, em princípio, era mostrar as maneiras pelas quais os pressupostos androcêntricos (os quais refletem valores sociais) desempenharam um papel importante nas teorias sobre a evolução humana, na endocrinologia e assim por diante. Como esses pressupostos restringiam o que seria considerado como uma hipótese aceitável, eles funcionavam como valores constitutivos. Por isso, acredito que podemos separar analiticamente os valores cognitivos e sociais, se pensarmos sobre a função que eles têm, mas então precisamos prestar atenção nas maneiras pelas quais o social e o cognitivo, ou o contextual e o constitutivo, tornam-se misturados ou entrelaçados em contextos reais de investigação.

O próximo passo é obviamente perguntar sobre isso, sobre o papel dos valores sociais.

Acredito que um papel razoável para os valores sociais na aceitação de teorias é na sua recusa. Quando se torna claro que uma formação teórica particular terá consequências deletérias, consequências prejudiciais para os membros de um ou de outro grupo, pa-

rece-me perfeitamente aceitável permitir que os valores sociais apoiem a rejeição daquela teoria, e que haja então uma tentativa de desenvolver uma visão alternativa. Por exemplo, algumas pessoas nos Estados Unidos usaram a ciência para sugerir que um desempenho relativamente abaixo da média obtido por membros de um grupo social particular em testes padronizados seria um motivo para não investir em uma educação especialmente direcionada para os membros daquele grupo. Uma rejeição, baseada em valores, dessa afirmação empírica, estimulou o desenvolvimento de explicações alternativas para as diferenças de desempenho entre os grupos em testes padrão. A rejeição baseada em valores sociais desempenha um papel muito importante na não aceitação de teorias e também fornece um estímulo para o pensamento alternativo. Nesse sentido, esses valores estão desempenhando um papel na aceitação de teorias e eles estão estabelecendo um tipo de fronteira no interior da qual quem quer que sustente esses valores irá tratar uma proposta teórica como aceitável, mas não são muitos que estarão dentro dessa fronteira. Nesse sentido, uma feminista pode rejeitar qualquer teoria que pareça defender a hierarquia de gênero, por exemplo, e procurar desenvolver uma explicação alternativa a ela. Assim, acho que os valores podem estar envolvidos no estabelecimento de fronteiras dentro das quais está aquilo que será considerado como aceitável, mas não necessariamente escolhendo uma hipótese em detrimento da outra. Por outro lado, onde duas ou mais teorias satisfazem os padrões empíricos em um mesmo grau, as consequências sociais de aceitar e agir à luz de uma ou de outra devem ser levadas em conta. Agora, o que a aceitação de teorias significa? Não estou certa de qual contraste implícito haveria em relação à aceitação de teorias.

Não há, na verdade, um contraste; queremos apenas saber se você tem um conjunto fixo de critérios para dizer se uma teoria foi corretamente aceita.

Bem, sobre uma hipótese ser “corretamente aceita”, na verdade, o capítulo 6 de *The fate of knowledge* (2001) oferece um conjunto de definições de conhecimento, conhecedores etc. Nessa obra, proponho um conjunto de critérios e, em lugar da justificação, falo sobre a aceitabilidade. A aceitação é assegurada (ou correta) quando uma hipótese se encaixa nos critérios de aceitabilidade, e a aceitabilidade é analisada como sendo sustentada por dados considerados evidentes por uma comunidade C à luz das reflexões e dos pressupostos que sobreviveram ao exame crítico a partir de tantas perspectivas quantas estiverem disponíveis para C , e C satisfaz as normas para uma crítica efetiva. Mas, enfim, proponho critérios de aceitabilidade, então a aceitação de uma teoria ou de uma hipótese é assegurada quando estas satisfazem aqueles critérios. Acredito que a expressão que uso naquele capítulo é “aceitabilidade empírica”. Acho importante distinguir ao menos entre aceitabilidade empírica e aceitabilidade normativa, pois não penso que os valores sejam empíricos.

Desse modo, a avaliação é algo que ocorre ao longo do tempo, é claro, e gira em torno do quanto uma hipótese se conforma aos critérios e em que medida os nossos julgamentos sobre a sua conformação foram alcançados através desse tipo de interação crítica. Penso que há diferentes comunidades que se interessam pela avaliação e pela significância social, embora alguém possa dizer que aqueles interessados nas avaliações empíricas também deveriam se interessar pela significância social, e que uma coisa que se poderia desejar incorporar na avaliação é

saber quais seriam as implicações de aceitar uma representação como conformada, onde houver uma teoria a ser empregada ou implementada no mundo social. Poder-se-ia argumentar que deveríamos incorporar considerações sobre a significância social na avaliação, o que a tornaria um processo mais amplo do que uma mera avaliação cognitiva ou epistemológica. É claro que já existe um papel para pensar sobre a significância social na discussão sobre a conformação, pois quando pensamos sobre quais são os aspectos aos quais queremos que uma representação se conforme, uma das coisas que podemos considerar é a significância social que a conformação possui em determinados aspectos ao invés de outros.

Podemos pensar, por exemplo, sobre o que disse Ricardo Palacios, um pesquisador de vacinas com quem falávamos depois da palestra de ontem. Ele estava contando sobre um teste de vacinas no qual esteve envolvido quando era um jovem pesquisador, onde a equipe com a qual ele estava trabalhando sobre a mensuração da adequação da vacina estava preocupada apenas com a eficácia média sobre a população. Quando essa eficácia ficava abaixo daquilo que eles haviam previsto, baseados em trabalhos anteriores sobre a vacina, eles pensavam: “ela não funciona”. Ora, uma coisa é querer que aquilo a que a representação deve se conformar seja a taxa média de sobrevivência na população, mas se ela é capaz de levar em consideração as diferenças na população – diferenças de idade, por exemplo –, uma diferença de como a substância da vacina foi de fato absorvida pelo corpo, então as taxas médias podem mascarar diferentes taxas no interior de subgrupos. E, de fato, as análises dos dados mostraram que subgrupos na população estavam puxando os registros da média para baixo. As crianças eram afetadas pela vacina de manei-

ra diferente da dos adultos. Por isso, precisamos nos perguntar com o que queremos que a representação se conforme: com uma taxa média de sobrevivência na população? Ou com uma taxa de sobrevivência mais diferenciada, que leve as diferenças em consideração, assim como as potenciais diferenças na população? É aqui que os valores sociais poderiam entrar. Ricardo disse que indicou essas questões para os membros de sua equipe, pois ele havia descoberto que as taxas de sobrevivência mais baixas ocorriam entre as crianças, e elas estavam puxando para baixo toda a taxa de sobrevivência da população. Mas seus colegas escolheram ignorar isso ao invés de, por exemplo, tentar determinar se uma dose diferente daquela ministrada aos adultos seria eficaz nas crianças.

Continuando a discussão sobre a objetividade da ciência, você defende que precisamos pensar em termos de pesquisa científica e de seus métodos tal como praticados por comunidades, e não por indivíduos, e que as interações críticas no interior das e entre as comunidades deveriam ser consideradas como parte integrante dos métodos científicos e da aceitação de teorias. Mas, em termos práticos, quem são os membros dessas comunidades, e como deveríamos pensar sobre um debate e uma interação entre as comunidades que endossam diferentes valores ou virtudes? Como a produção de consenso, ao menos de maneira provisória, é possível em tais contextos pluralistas?

Uma coisa a ser reconhecida é que a expressão “comunidades” é bastante vaga e as comunidades também são difusas; isso decorre de como os humanos formam as suas redes de associação. Então podemos considerar a comunidade em um sentido bem restrito, seja uma equipe de laboratório ou de uma subdisciplina ou, em um sentido mais vago, no qual uma comunidade é toda uma socie-

dade, ou o mundo global, que é extremamente complexo. Os indivíduos são membros de diferentes comunidades. Eles são membros de comunidades que possuem diferentes níveis de organização, são membros de comunidades que sustentam valores diferentes ou em competição. Outra constatação é que o posicionamento do indivíduo nessas comunidades também é extremamente complexo. E quem são os membros dessas comunidades? Bem, pode haver comunidades que são constituídas de comunidades, por exemplo, as associações profissionais são comunidades constituídas de subcomunidades. Algo como um congresso mundial de filosofia, que é constituído de muitos subgrupos nacionais de filósofos, e eles próprios são constituídos de subgrupos e, por fim, chegamos aos membros individuais, mas os indivíduos são membros do congresso mundial apenas através de sua participação nas organizações nacionais e locais.

Acredito que uma das coisas que está por trás da sua questão é quem deveria ser considerado membro da comunidade científica, isto é, quem realmente tem o direito de desempenhar um papel nas investigações científicas substanciais. Acho que há muitos tipos de resposta. Primeiramente, os membros de comunidades científicas são, em geral, indivíduos que passaram por certo tipo de treinamento sobre as grandes questões explícitas de suas disciplinas, que envolve como usar os instrumentos, o que conta como uma questão significativa ou como resposta adequada. Em seu treinamento, eles também absorvem os pressupostos de fundo daquela comunidade particular na qual se encontram, seja na química radiológica ou na microbiologia. Em geral, pensamos que ter certo tipo de treinamento, certa educação científica, é importante. Porém, quando pensamos sobre toda a premissa dessa dis-

cussão, é preciso lembrar que a pesquisa não ocorre em um vácuo, não está isolada do resto da sociedade, então a questão sobre quem pertence à comunidade adquire certo caráter peremptório. A investigação precisa, da maneira como ela tem sido feita no século xx e, agora, no século xxi, de muito apoio. Por isso, de alguma maneira, a comunidade de pesquisa científica é composta por todas aquelas pessoas que estão envolvidas em fornecer apoio ao trabalho que é feito e, no fundo, como esse trabalho é financiado pelas pessoas que pagam impostos, isso significa todas as pessoas! Uma das questões envolvidas aqui é quais tipos de autoridade deveriam ter os diferentes membros dessa ampla comunidade com respeito às questões de aceitação de teorias. Outra maneira de expandir a comunidade para além das pessoas explicitamente treinadas é pensar em incorporar aquelas cujo bem-estar será afetado pelos resultados da investigação em certo campo.

Uma maneira de pensar sobre essa questão foi proposta por Philip Kitcher, em seu livro *Science, truth, and democracy* (2003). Sua proposta para expandir a comunidade envolve separar a definição da agenda do trabalho técnico. Se destacarmos a definição da agenda, podemos dizer: “bem, a comunidade mais ampla pode definir a agenda, pode determinar as questões nas quais seu dinheiro dos impostos será gasto”. Os detalhes de como a pesquisa será conduzida devem ser deixados aos técnicos, mas a sociedade mais ampla pode determinar qual pesquisa deve ser desenvolvida. Mas o ideal de uma sociedade democrática é que os indivíduos determinem, através de eleições, quem serão os representantes que eles elegeram, e esses representantes eleitos representam, de alguma maneira, as escolhas de nossa comunidade, de modo que eles representam e articulam as escolhas que as suas

comunidades defendem. Nesse cenário inicial criado por Kitcher, aquilo que ele chama de “ciência bem ordenada” é o resultado de decisões sobre as agendas de pesquisa feitas por uma sociedade idealmente organizada, enquanto os detalhes técnicos são deixados para os pesquisadores. O problema é que os detalhes técnicos podem depender de coisas como: quais são os aspectos nos quais se quer conformação?; queremos uma média a partir do todo ou queremos algo que represente os subgrupos? Também há muitas questões para as quais as respostas são simplesmente indeterminadas para os técnicos, e os cientistas estão essencialmente fazendo escolhas ou seleções, sendo que essas escolhas podem muito bem ter consequências sociais distintas. Alguém poderia dizer: “não queremos deixar tudo para os técnicos decidirem, mas, como não queremos idiotas como eu trabalhando com instrumentos, o que faremos?”

Nós defendemos uma diversificação da comunidade, em que uma gama de interesses sociais será representada entre técnicos e cientistas treinados. Estou pensando, especialmente, em temas tais como a estimativa de riscos para a saúde devido à exposição a vários tipos de substâncias. Esses riscos são de interesse daqueles que fabricam as substâncias, e não apenas das pessoas que lucram com elas, e também das pessoas que estão trabalhando nessas indústrias, que precisam de seu emprego. E depois há os interesses daqueles que serão afetados pelos efeitos da fabricação das substâncias, da poluição da água e da difusão dos resíduos químicos na água, que resultam em consequências problemáticas para a saúde. Bem, a visão geral que estou promovendo defenderia que precisamos de representantes tanto na comunidade técnica, participando e decidindo sobre qual medida estratégica específica deve ser adotada, quanto no lugar onde será feita

uma intervenção particular, de modo que a decisão não deixe um lado em desvantagem. Sempre haverá uma relação de perdas e ganhos nessas situações, não necessariamente há uma solução ideal, mas todas as pessoas ou seus representantes deveriam envolver-se na tentativa de negociar a maneira de tomar essas decisões. Não queremos que toda a comunidade se envolva nisso, seria muito confuso, mas queremos indivíduos cujos interesses estejam alinhados com os diferentes grupos que serão afetados.

Na sua concepção de comunidade científica, uma das condições para que a pesquisa seja considerada objetiva consiste em que as interações críticas ocorram em comunidades em que haja uma igualdade relativa de autoridade intelectual. Você ainda vê muitas desigualdades de gênero nos campos acadêmico e científico? É possível a expressão da racionalidade em ambientes que apresentam desigualdades?

Com relação à primeira questão, sim, há desigualdades de gênero, de classe e de raça. Penso que, em diferentes contextos, há esforços sendo feitos para superar essas desigualdades. Nos Estados Unidos, há esforços sendo feitos para recrutar para o mundo científico, acadêmico e intelectual as mulheres e os membros de minorias raciais que estejam em condições sociais desfavoráveis. Espera-se, com isso, superar essas desigualdades, mas elas continuam lá, apesar dos esforços. Algumas das desigualdades são produtos diretos da discriminação. Mas também há uma questão mais complicada. Muitas mulheres que têm pensado sobre essas questões nos Estados Unidos indicam que o tipo de trajetória profissional ideal, passando pela graduação, pós-graduação, pós-doutorado por muitos anos em um laboratório, para então abrir o seu próprio laboratório, pressupõe o homem como norma. Todas as atividades dos suces-

sivos estágios exigem muito tempo, e muitas delas ocorrem em um ponto da carreira que é ótimo para ter filhos, então há um descompasso entre a suposição sobre quem está, de fato, vivendo uma carreira científica e a estrutura de vida de muitas mulheres. Portanto, isso não é tanto uma questão de discriminação direta dos homens que não querem trabalhar com mulheres, ou de mulheres serem menos capazes; é apenas a questão de que a maneira através da qual as carreiras científicas são estruturadas torna as coisas tão difíceis para as mulheres que muitas delas abdicam da carreira. Mas deveríamos perguntar: é necessário que uma carreira intelectual produtiva e bem-sucedida tenha essa trajetória específica? Por que não outra trajetória que seja mais flexível? Por isso, acredito que essas questões são complicadas; não são impossíveis, mas precisamos reconhecer a sua complexidade.

E a questão sobre racionalidade... Bem, certamente eu diria: se estamos pensando na racionalidade como uma propriedade das comunidades, a racionalidade de uma comunidade é diminuída na medida em que ela não está se beneficiando da plena capacidade crítica que está disponível para ela. Assim, a comunidade que exclui membros de uma classe social ou de um grupo racial ou de um gênero ou de uma orientação prática está se privando da plena capacidade crítica que está disponível na sociedade na qual a própria comunidade está situada. Uma comunidade de pesquisa agrícola que inclui apenas pesquisadores que perguntam sobre a agricultura em escala industrial e carece de pesquisadores que trabalham com a agricultura de pequena escala, local, favorável ao meio ambiente, está privada de uma importante fonte cognitiva. Na medida em que isso é proposital, podemos dizer que é irracional ou, ao menos, abaixo do plenamente racional.



Helen Longino no Instituto de Estudos Avançados – USP em outubro de 2015.
Foto: Leonor Calasans. Fonte: <<http://www.iea.usp.br/midiateca/foto/eventos-2015>>.

As noções de objetividade, racionalidade e universalidade da ciência foram definidas por e para homens brancos ocidentais, que são membros das classes dominantes e, portanto, elas expressam a sua visão de mundo. A inclusão de ideias feministas é suficiente para tornar complexa essa concepção de ciência? Existem outros marcadores sociais que você considera relevantes para uma crítica feminista da ciência, tais como classe social, raça, idade e sexualidade? Como podemos incorporá-los à pesquisa científica? Os objetivos feministas consistem em dar visibilidade às mulheres e empoderá-las ou essas ideias feministas podem incluir outras minorias com pouca representatividade?

Você está perguntando se a inclusão de ideias feministas é suficiente, essa é a questão. Provavelmente não, eu diria. Concordo que existem marcadores sociais além do gênero que são relevantes para uma crítica da ciência:

classe, raça, idade, sexualidade, todos esses marcadores são importantes e eles constituem posições sociais a partir das quais uma crítica produtiva pode emergir. A questão é: como eles podem ser incorporados na pesquisa científica? Bem, outra vez, acho que os esforços para assegurar que as nossas práticas educacionais alcançarão todas as pessoas devem incorporar uma importante precaução. Uma coisa essencial é assegurar que as nossas escolas, desde o início da educação, da pré-escola até a universidade, sejam adequadas para todos, de modo que tenhamos tantas boas escolas em distritos pobres quantas haja nos distritos ricos; isso é realmente importante. Há muitos esforços nos Estados Unidos, em nível universitário, para aceitar estudantes oriundos de contextos desprivilegiados, mas eles carregam essa desvantagem para dentro da universidade. Portanto, o mo-

mento em que há um trabalho relevante a ser feito é antes dos estudantes chegarem à universidade, quando estão na escola primária e no ensino médio. Acredito que nos Estados Unidos os financiamentos para a educação básica estão simplesmente diminuindo. Mas esse é um dos pontos chave de intervenção, a fim de finalmente incorporar as perspectivas de grupos que têm sido socialmente marginalizados na produção do conhecimento.

Quero apenas fazer uma observação: quando perguntamos se as ideias feministas são suficientes, o pano de fundo da questão é, na verdade, se o seu feminismo é interseccional; ou se o feminismo, tal como você o concebe, está relacionado apenas a questões de gênero e não a outros marcadores sociais.

Certo. Acho que essa é uma questão complicada e, sim, meu feminismo é interseccional, com certeza. Não acho que haja uma experiência única de gênero, que todas as mulheres compartilhem, independente da classe, da raça e da nacionalidade. Mas, apesar disso, se estamos distinguindo entre feminismo interseccional e não interseccional, eu gostaria de dizer que a inclusão de ideias feministas interseccionais é necessária – não sei se suficiente –, mas é preciso tornar complexa a concepção de ciência.

Eu interpreto as suas duas últimas questões da seguinte maneira: será que as metas feministas consistem em tornar as mulheres visíveis e em empoderá-las, ou essas ideias feministas podem incluir outras minorias pouco representadas, a partir daquela questão sobre feminismo interseccional? A minha preocupação sobre isso recai sobre o pressuposto de que, de alguma maneira, se realmente formos feministas interseccionais, então isso significa que nenhuma mulher individual pode falar pelo feminismo em geral, já que cada uma de nós está loca-

lizada em sua identidade particular socialmente circunscrita. Então eu não posso falar por você, você tampouco pode falar por mim, e eu não posso falar pelas mulheres afro-americanas, por exemplo. Por outro lado, o feminismo, tanto como crítica social quanto como movimento social, possui um caráter geral. E os homens também são socialmente marcados pela classe, pela raça, pela nacionalidade. Existe um equilíbrio a ser alcançado em nosso pensamento. Quero ter certeza de que, ao defender a intersecção, não estarei supondo que isso me autoriza a falar por outras mulheres, cuja experiência social é significativamente diferente da minha, assim como quero ser capaz de reconhecer a diferença, compreender a experiência delas, e trabalhar junto com elas rumo a um futuro em comum. Acho que a concepção filosófica que eu defendo, a concepção social da objetividade e do conhecimento, é uma concepção que eu esperaria que pudesse ser utilizada por qualquer grupo marginalizado.

Há uma questão interessante aqui, que provavelmente não teremos tempo para discutir, quando falo sobre a importância da educação. Se pensarmos sobre a relação que existe entre comunidades que participam de um tipo de mundo cosmopolita e global, e pequenas comunidades indígenas que estão tentando se apegar às suas próprias tradições, crenças e práticas, um dos efeitos da educação pode ser apagar essas práticas, rituais, crenças etc. E acredito que haja uma questão social e política complicada aqui. Epistemologicamente é, de alguma maneira, muito paradoxal, pois acho que, em muitos casos, o conhecimento que as populações indígenas possuem de seus ambientes é realmente importante e valioso; é um conhecimento que a comunidade mais ampla e global poderia usar. Mas, se concebermos o conhecimento como algo que envolve essa interação, en-

tão as comunidades indígenas acabam sendo modificadas através das interações com a comunidade cosmopolita e global. Acho que isso é um paradoxo e um quebra-cabeça. Eu não tenho a solução, mas quero registrar isso como algo importante a ser pensado.

Algumas das formas óbvias através das quais os grupos indígenas conhecem o seu mundo incluem a botânica, especialmente as propriedades úteis de plantas locais. É claro que as corporações multinacionais estão chegando e tentando explorar esse conhecimento, mas também há maneiras mais profundas de conhecimento das comunidades sobre os seus ambientes. Elas sabem como trabalhar com qualquer problema climático que tenham experimentado (ao menos até a grande mudança climática que estamos vivendo agora), elas sabem, também, como organizar suas vidas em relação à distribuição geral da flora e da fauna nas áreas onde moram. No entanto, como vocês sabem, vimos, ao longo do tempo, o encolhimento gradual dessas comunidades, e não sei como resolver isso, mas sei que é algo que quero reconhecer como um problema sobre o qual pensar.

Sabemos que o seu trabalho teve um grande impacto sobre o debate filosófico contemporâneo sobre a ciência, então, para terminar a entrevista, gostaríamos de saber como as suas obras foram recebidas pelos filósofos, pelos cientistas e pelas feministas. Você sente alguma diferença entre as reações agora e no início dos anos 1990, quando saiu o seu primeiro livro?

Sim, há uma diferença. Sobre o meu primeiro livro, devo reconhecer que ele teve mesmo um impacto sobre a filosofia da ciência e teve, acho, sucesso em trazer questões sobre valores e valores sociais como um assunto que merecia uma atenção legítima dos filósofos da ciência. Acho que isso se deu, em parte, porque eu introduzi essas ideias de maneira

filosoficamente ortodoxa, e isso aconteceu porque fui treinada dessa maneira; foi simplesmente desse modo que as coisas aconteceram. Mas, no início dos anos 1990, final dos anos 1980, os filósofos podiam dizer coisas tais como essa que me foi relatada: “bem, é de fato uma pena o que aconteceu com a Longino, ela é realmente inteligente, mas ela abandonou a filosofia para dedicar-se aos *women studies*” – o que eu achava bastante chato. Naquele momento, eles podiam dizer coisas como: “ela não é mais uma filósofa”, como se o feminismo e a filosofia fossem incompatíveis. E as feministas estavam dizendo que eu não era realmente uma feminista, é claro, porque eu tinha feito toda aquela filosofia. Então, eu não pertencia a lugar algum.

Mas houve alguns filósofos, algumas feministas e também alguns cientistas que viram algum valor naquilo que produzi. No entanto, existe uma diferença entre aquela época e hoje em dia. Recentemente, fui eleita presidenta da *Philosophy of Science Association*. Isso não significa que todas as pessoas, que cada filósofo e filósofa da ciência tenha adotado a minha abordagem ou as minhas ideias, ou pense que esse é o caminho a ser seguido. Acredito que a atribuição desse cargo é um indício da aceitação gradual, entre filósofos da ciência, da importância de pensar sobre os valores e as questões sociais. E suspeito que essa mudança ocorreu, em parte, por causa de artigos e de capítulos de livros meus que foram usados no ensino. Sabe, na verdade, eles poderiam ter sido usados como maus exemplos, aquilo que não se deveria fazer enquanto estudantes, ou como bons exemplos de uma abordagem à qual realmente não queremos dar muita atenção. Porém, a introdução desses textos na sala de aula tornou-os disponíveis para os estudantes, e ao menos alguns acharam as minhas ideias atraentes. E alguns desses estudantes são, hoje

em dia, professores. Esse é um jeito kuhniano de pensar sobre a mudança intelectual, é claro, em que são os jovens que fazem a diferença, e acredito que isso é verdadeiro.

Por isso, penso que, ao longo do tempo, os filósofos alargaram suas concepções disciplinares, não apenas por causa do meu trabalho; isso se deve às mudanças na sociedade em sentido amplo. O sucesso dos movimentos de mulheres, assim como uma maior conscientização da discriminação racial e da desigualdade econômica trouxeram um grande volume de assuntos para o discurso filosófico anglo-americano. Questões sobre os valores são vistas, agora, como muito mais centrais para a profissão. Além disso, devido ao trabalho de sociólogos e historiadores, tem havido um reconhecimento crescente sobre como a ciência é, de certa forma, um empreendimento de toda a sociedade, uma vez que é solicitado que toda a sociedade apoie a ciência, de uma maneira que não acontecia no século XVII. Temos Robert Boyle e seus amigos abastados fazendo experimentos sobre a pressão do ar, e outros cavalheiros do ócio conduzindo experimentos de vários tipos, mas a ciência nos séculos XX e XXI não é mais um passatempo de pessoas ricas. Portanto, a filosofia focada na ciência do século XVII é simplesmente inaplicável para a ciência contemporânea, desde a *big science* até a tecnociência. Algo de diferente se faz necessário. Acredito que isso é parte do que está acontecendo nessa profissão de um modo geral.

E o meu trabalho ainda tem uma recepção variada entre as feministas, porque eu não sou uma feminista imperialista. Acho que os meus pontos de vista filosóficos exigem que eu acredite que haja algo a aprender com cada posição. Algumas pessoas descrevem isso como “o problema nazi de Longino”.

Há uma preocupação de que a minha concepção de objetividade exija que lidemos com pontos de vista racistas e que promovem a desigualdade. Há outras pessoas que escrevem sobre isso, eu não preciso fazê-lo. Vejo isso como uma discussão sobre o que o “feminismo” significa, bem como sobre aquilo com que o meu critério de objetividade nos compromete. Mas é interessante notar que o meu último livro, *Studying human behavior* (2013), não tem qualquer menção ao feminismo – esse livro sequer aborda o gênero ou a diferença entre os gêneros – e foi resenhado no periódico filosófico feminista *Hypatia*. As filósofas que escreveram a resenha destacaram que toda a abordagem do livro era um exercício em filosofia feminista, apesar de o feminismo nunca ter surgido como um assunto. Achei isso ótimo!

Existe uma grande diferença entre a recepção do meu trabalho há trinta anos atrás e agora, e ela está relacionada a essas mudanças na sociedade, a um alargamento da comunidade científica que decorreu dos esforços para diversificá-la. Mas penso, na verdade, que as pessoas reagem a diferentes aspectos do meu trabalho. Enquanto a aceitação, nos Estados Unidos, tem a ver com a abertura do caminho para falar sobre os valores na ciência, há um interesse muito maior em uma concepção social da objetividade fora dos Estados Unidos. Os europeus, os sul-americanos e os asiáticos do leste e do sul têm um interesse muito maior nisso. Os norte-americanos ainda são realmente individualistas, então acredito que seja por isso que haja resistência. Falar sobre os valores é, no entanto, algo importante.

Obrigada pela entrevista, Helen Longino. ☺

Débora AYMORÉ

Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil.
deboraaymore@gmail.com

Kelly KOIDE

Programa de Pós-Graduação em Filosofia,
Faculdade e Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil
kelly.koide@usp.br

Mariana TOLEDO FERREIRA

Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas,
Universidade de São Paulo, Brasil.
mariana.toledo.ferreira@usp.br

Activism, feminism, and philosophy of science
Interview with Helen Longino

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- KITCHER, P. *Science, truth, and democracy*. Oxford/New York: Oxford University Press, 2003.
- LONGINO, H. E. *Science as social knowledge: values and objectivity in scientific inquiry*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- . *The fate of knowledge*. Princeton: Princeton University Press, 2001.
- . *Studying human behavior: how scientists investigate aggression and sexuality*. Chicago: University of Chicago Press, 2013.

